

A defesa do senador

ROMOALDO DE SOUZA

BRASÍLIA – O senador Mário Calixto (PMDB-RO) decidiu partir para o ataque “em defesa da honra e do mandato” que herdou, semana passada, na vaga deixada por Amir Lando, o novo ministro da Previdência do governo Lula.

A ação de Calixto é resposta à decisão da Mesa do Senado que abriu processo de cassação contra o senador e deu prazo de cinco sessões para sua defesa, com base em documentos enviados pelo TRE-RO, que notificam a suspensão dos direitos políticos em processo contra o senador “transitado e julgado”.

Mário Calixto é acusado pela Justiça Eleitoral de “desobediência à Lei Eleitoral” por ter cumprido “em parte” sentença judicial que obrigou o jornal *O Estadão do Norte*, de sua propriedade, a dar direito de resposta ao então senador Odacir Soares.

– O direito de resposta foi dado no dia 9 de setembro (1998), mas o porteiro da sede do meu jornal só recebeu o ofício 15 dias depois. No dia 25 mandei publicar a defesa do senador. Nessa época, eu sequer era candidato ao Senado.

O senador considera a sentença da Justiça Eleitoral “estranha” e “apressada”, sem que fosse dado direito de defesa:

– Sequer fui representado na Justiça. O juiz que me condenou nomeou um defensor dativo [escolhido por magistrado, não por lei]. Só tomei conhecimento da sentença agora.

O senador diz que esses fatos devem ser analisados à luz da Lei de Imprensa, “um estupro à liberdade”, segundo ele. O senador afirma que Rondônia é o Estado onde “existe mais jornalista por metro quadrado enquadrado na Lei de Imprensa”.

– É comum, em todo o país, e também em Rondônia, a concentração de processos contra dirigentes de empresas jornalísticas. A lei foi criada no regime militar e tem de ser revista – afirma o senador.

Sobre as investigações da CPI do Banestado, por remessa ilegal de dólares para o exterior, Calixto diz que,

“em vez de crédito”, tem “débito”, por haver comprado equipamentos e insumos para as empresas jornalísticas que possui.

– Minhas empresas usam mais de 500 chapas de fotolito por dia. Cada chapa dessas custa US\$ 4. Isso dá US\$ 2 mil todo dia em insumos que tenho de comprar no exterior – calcula.

Calixto considera que as denúncias contra ele se devem a perseguição política. Tudo teria começado quando o seu jornal passou a cobrir a CPI da Assembleia Legislativa de Rondônia que acabou “pegando” o (então) presidente do Tribunal de Contas do Estado, Amadeo Machado, a quem acusa de responsável pelas denúncias que vem sofrendo.

– Autorizei o Ministério da Justiça a promover a quebra dos meus sigilos fiscal e bancário, e de minha família, e posso comprovar que as operações que fiz no exterior foram legítimas.

Enquanto prepara a defesa que pretende apresentar à Mesa do Senado, esta semana, Calixto diz que o principal projeto de seu mandato será a reformulação da Lei de Imprensa.

– É preciso um mínimo de normatização, principalmente sobre as indenizações – pondera.

O senador também considera caluniosas as denúncias do TCE de que teria recebido, ilegalmente, R\$ 290 mil da Ceron. Calixto explicou que tratava-se de verba publicitária, repassada para a conta da empresa de seu sobrinho (Nortebras), numa operação normal na mídia. A verba liberada pela Ceron foi de R\$ 1,4 milhão, distribuída entre 46 veículos de comunicação.

– Só R\$ 290 mil foram para meu grupo, que ficou em quarto lugar, atrás da Rede Amazonas (TV Globo), do SBT e do *Diário da Amazônia* – disse o senador.

Calixto negou que a empresa MPJ seja de sua propriedade.

– A MPJ não é nossa – respondeu.

A denúncia de que deve R\$ 1,3 milhão ao INSS, responde laconicamente:

– Toda e qualquer ação está suspensa, porque eu entrei no Refis – encerra.

Calixto quer usar mandato para mudar Lei de Imprensa